

**ATA DA 27ª (VIGÉSIMA SÉTIMA) SESSÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAISÓPOLIS, REALIZADA EM 02
DE AGOSTO DE 2021.**

Aos dois dias do mês de agosto do ano de 2021 (dois mil e vinte e um), nesta cidade de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais, no local e hora de costume, reuniu-se a Câmara Municipal de Paraisópolis, em sua 27ª (vigésima sétima) Sessão Ordinária, sob a Presidência do Vereador José Ildeu de Castro e secretariado pelo Vereador Fábio Lucas Carlos. A seguir, feita a chamada, constatou-se a presença dos Vereadores: Antônio José da Silva, Ademar Guimarães do Prado, Antonio Felix Teixeira Neto, Alfredo Faria Lopes de Paiva, Marcos José das Neves, Rômulo Lúcio Rosa e José Aparecido Siqueira Campos. Havendo o número legal de 09 (nove) Vereadores, conforme assinaturas apostas no livro de presença nº 14 (quatorze), folha nº 18 (dezoito) verso, o Sr. Presidente declarou aberta a presente sessão.

Expediente: Pelo Sr. Secretário foram lidas as seguintes correspondências: Ofício nº 329/2021, do Executivo Municipal, encaminhando respostas ao Requerimento nº 143/2021 e nº 144/2021 de autoria do Vereador Rômulo Lúcio Rosa; Ofício nº 330/2021, do Executivo Municipal, encaminhando respostas ao Requerimento nº 145/2021, de autoria do Vereador Alfredo Faria Lopes de Paiva; Ofício nº 336/2021, do Executivo Municipal, encaminhando respostas ao Requerimento nº 146/2021, de autoria do Vereador Rômulo Lúcio Rosa; Ofício nº 363/2021, do Executivo Municipal; Ofício nº 677/2021, da Assembleia Legislativa de Minas Gerais; Ofício nº 032/2021, do Serviço Autônomo de Água e Esgoto-SAAE, encaminhando respostas ao Requerimento nº 142/2021, de autoria do Vereador Rômulo Lúcio Rosa. Pelo Sr. Secretário foi lido e encaminhado às Comissões

Permanentes para análise e emissão de Parecer das seguintes proposições:

Projeto de Lei nº 34/2021, que: “Institui o Programa Municipal de Auxílio ao Desenvolvimento, e dá outras providências”, encaminhado pelo Executivo Municipal através da Mensagem nº 40/2021; **Projeto de Lei nº 35/2021, que:** “Altera dispositivos da Lei nº 2.451, de 18 de dezembro de 2015, e dá outras providências”, encaminhado pelo Executivo Municipal através da Mensagem nº 41/2021; **Projeto de Lei nº 36/2021, que:** “Dispõe sobre a regularização de reformas, modificações ou ampliações de edificações sem a licença prévia da Prefeitura de Paraisópolis e dá outras providências”, encaminhado pelo Executivo Municipal através da Mensagem nº 42/2021; **Projeto de Lei nº 37/2021, que:** “Dispõe sobre a autorização para a realização de repasse financeiro ao Hospital Frei Caetano e Maternidade Santa Tereza, e dá outras providências”, encaminhado pelo Executivo Municipal através da Mensagem nº 43/2021; **Projeto de Lei Complementar nº 09/2021, que:** “Altera a Lei Complementar Nº 80, de 23 de dezembro de 2014, e dá outras providências”, encaminhado pelo Executivo Municipal através da Mensagem nº 44/2021; **Emendas Modificativas ao Projeto de Lei nº 31/2021, que:** “Autoriza a concessão do direito real de uso de imóvel de propriedade do Município de Paraisópolis que especifica à empresa Packwind Renewable Energy Ltda, e dá outras providências, de autoria do Executivo Municipal, encaminhado através da Mensagem nº 37/2021; **Emendas Modificativas ao Projeto de Lei nº 33/2021, que:** “Autoriza a concessão de direito real de uso de imóvel de propriedade do Município de Paraisópolis que especifica à Biobase Indústria e comércio Ltda, e dá outras providências”, de autoria do Executivo Municipal, encaminhado através da Mensagem nº 39/2021. Pelo Sr. Secretário foi lido e encaminhado à Mesa Diretora para análise e emissão de Parecer da seguinte proposição: **Projeto de Resolução nº 04/2021, que:** “Dá nova redação aos artigos que dispõe da Resolução nº 290, de 05 de dezembro

de 2000, que institui o Regimento Interno da Câmara Municipal de Paraisópolis, e dá outras providências”, de autoria dos membros da Comissão Especial de Estudos e Revisão do Regimento Interno da Câmara Municipal: Vereador Alfredo Faria Lopes de Paiva, Vereador Rômulo Lúcio Rosa e Vereador Antonio Felix Teixeira Neto. Pelo Sr. Secretário foi lido e encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação para análise e emissão de Parecer da seguinte proposição: **Projeto de Resolução nº 05/2021, que:** “Institui a carteira de identidade funcional dos Vereadores e Servidores do Poder Legislativo do Município de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais”, de autoria da Mesa Diretora. Pelo Sr. Secretário foram lidos e encaminhados ao Executivo Municipal para as possíveis providências, as seguintes proposições: Indicação nº 121/2021, de autoria do Vereador Antônio José da Silva, solicitando ao Executivo Municipal, providências junto ao departamento competente da Prefeitura Municipal, no sentido de concluir as obras que se encontram inacabadas na Praça Tiradentes (Larguinho), prosseguindo com estudos para melhorias de sinalização de trânsito neste local. A benfeitoria se faz necessária, a fim de oferecer segurança aos que circulam nesta localidade, tendo em vista o fluxo intenso de veículos e pedestres diário, por conta dos comércios existentes nas proximidades da referida praça; Indicação nº 122/2021, de autoria do Vereador Antônio José da Silva, solicitando ao Executivo Municipal, providências junto ao departamento competente da Prefeitura Municipal, no sentido de proceder com a construção de uma faixa de pedestres com travessia elevada ou um redutor de velocidade (lombada) na Rua Dr. Simões de Almeida, nas proximidades do Depósito Teixeira, a fim de evitar acidentes no local; Indicação nº 123/2021, de autoria do Vereador Antônio José da Silva. Considerando a redução no fluxo de atendimentos da Caixa Econômica Federal, solicita ao Executivo Municipal que seja retirada as tendas instaladas na frente da referida agência. Sabe-se que as tendas estão

interferindo no trânsito e prejudicando os comerciantes existentes nestas proximidades; Indicação nº 124/2021, de autoria do Vereador José Ildeu de Castro, Vereador Antônio José da Silva, Vereador Fábio Lucas Carlos, Vereador José Aparecido Siqueira Campos e Vereador Rômulo Lúcio Rosa, solicitando ao Executivo Municipal, quanto à destinação dos recursos oriundos do Projeto de Lei nº 1208/2021, de autoria do Governador do Estado, Sr. Romeu Zema, recurso referente ao acordo da Mineradora Vale, para que possam ser aproveitados nas seguintes ações: Os Vereadores José Ildeu de Castro, Fábio Lucas Carlos e Alfredo Faria Lopes de Paiva, solicitam a pavimentação na estrada que liga o Distrito de Costas ao Município de Gonçalves – MG; O Vereador Alfredo Faria Lopes de Paiva, solicita investimento na Represa do Parque Municipal do Brejo Grande; O Vereador José Aparecido Siqueira Campos, solicita a construção de Unidades Habitacionais para a população de baixa renda (até um salário mínimo), e a **Drenagem Profunda e Superficial** nas proximidades do Parque Municipal “Antônio Félix Teixeira” (Pernilongão) e nas suas redondezas (antiga Vigor); O Vereador Rômulo Lúcio Rosa, solicita a aquisição de 1 (um) caminhão compactador de lixo, a construção de Unidades Habitacionais para a população de baixa renda e a aquisição de material hospitalar; O Vereador Antônio José da Silva, solicita a construção de um muro de arrimo em torno do Cemitério Jardim e melhorias na estrada que faz acesso ao Bairro dos Inácios, com calçamento com pedras ou bloquetes. Assim sendo, como sugestão, solicitam que seja levado ao conhecimento do Prefeito Municipal as indicações supracitadas, as quais são muito importantes para o desenvolvimento socioeconômico e social do município de Paraisópolis. Pelo Sr. Secretário foram lidas e encaminhadas em 2ª (segunda) fase de discussão e votação, as seguintes proposições: **Projeto de Lei nº 31/2021, que:** “Autoriza a concessão do direito real de uso de imóvel de propriedade do Município de Paraisópolis que especifica à

empresa Packwind Renewable Energy Ltda, e dá outras providências, de autoria do Executivo Municipal, encaminhado através da Mensagem nº 37/2021; **Projeto de Lei nº 33/2021, que:** “Autoriza a concessão de direito real de uso de imóvel de propriedade do Município de Paraisópolis que especifica à Biobase Indústria e comércio Ltda, e dá outras providências”, de autoria do Executivo Municipal, encaminhado através da Mensagem nº 39/2021. Pelo Sr. Secretário foram lidos em única fase de discussão e votação as seguintes proposições: Requerimento nº 147/2021, de autoria do Vereador Alfredo Faria Lopes de Paiva; Requerimento nº 148/2021, de autoria do Vereador Alfredo Faria Lopes de Paiva; Requerimento nº 149/2021, de autoria do Vereador Alfredo Faria Lopes de Paiva; Requerimento nº 150/2021, de autoria do Vereador Rômulo Lúcio Rosa; Requerimento nº 151/2021, de autoria do Vereador Rômulo Lúcio Rosa; Requerimento de URGENCIA ESPECIAL-Projeto de Lei nº 31/2021, Projeto de Lei nº 33/2021. Findo a leitura do expediente, Sr. Presidente declarou vaga a palavra, fazendo uso da mesma: em seu pronunciamento, em resumo, Vereador Ademar Guimarães do Prado iniciou suas palavras solicitando ao Executivo Municipal, que se posicione quanto ao atendimento das indicações realizadas durante o primeiro semestre. Que informe se as mesmas poderão ser concluídas ou não. Diante disso, explanou que as indicações são baseadas em pedidos de munícipes. Nesse sentido, falou sobre a indicação atendida referente as obras de abastecimento de água no Bairro Ponte de Ferro. Informou que nem todas as residências do referido Bairro serão atendidas, mas, que futuramente o problema será sanado. Comentou que o Executivo Municipal atendeu algumas indicações, porém, que há muitas a serem atendidas. Em seguida, parabenizou Vereador Adilson, do Município de Brasópolis, que através de parceria realizará o calçamento do Bairro Cruz Vera. Diante disso, manifestou seu anseio que durante o próximo ano, o Executivo Municipal possa realizar parcerias, a fim de que

atenda as indicações referente ao calçamento dos bairros rurais do município, citando os Bairros Ponte do Neneco e Serra dos Pereiras. Na sequência, ao falar sobre as fortes chuvas que atingiram o Município em janeiro do corrente ano, comentou sobre os transtornos que perduram no Bairro Lava Pés. Diante disso, disse que ao questionar o Diretor do SAAE-Serviço Autônomo de Água e Esgoto, Sr. Romeu, o mesmo informou sobre a licitação para aquisição de materiais. Em seguida, teceu comentários sobre a morosidade da obra na viela do Bairro Residencial Paraíso. Ao comentar sobre as reclamações da empresa prestadora de serviço de coleta seletiva de lixo, disse que o Executivo Municipal enviará a casa, Projeto referente ao retorno do lixo para a Prefeitura Municipal. Diante disso, falou que caso haja um novo edital, que o mesmo seja elaborado com garantias, pois, o que fora realizado além de não dar garantias ao Município, gerou transtornos aos munícipes. Em seu pronunciamento, em resumo, Vereador Antônio José da Silva comentou sobre o retorno aos trabalhos. Em seguida, agradeceu a todos os funcionários que se empenharam na obra realizada na residência da Sra. Luciana. Ao falar sobre a rapidez da referida obra, comentou que quando há interesse e vontade os serviços são concluídos. Na sequência, manifestou sua satisfação quanto a entrada da Avenida 25 de Janeiro, mas, ressaltou que não é possível confiar na faixa de pedestre, visto que, os motoristas não a respeitam. Nesse sentido, disse que após presenciar acidente no local, solicitou ao Executivo Municipal a construção de uma travessia elevada. Em seguida, falou sobre o requerimento de sua autoria, o qual se refere ao trânsito nas proximidades do Depósito de Materiais de Construção Teixeira. Diante disso, ressaltou que os motoristas devem ter consciência quanto aos pedestres. Falou ainda sobre o requerimento que versa sobre a obra realizada na Praça Tiradentes. Que o local está gerando transtorno, pois, está sendo indevidamente utilizado para estacionamento. Por fim, agradeceu a poda realizada no Bairro Dr. Geraldo. Nesse sentido, falou sobre a poda a ser

realizada nas proximidades de sua residência. Em seu pronunciamento, em resumo, Vereador Fábio Lucas Carlos iniciou suas palavras agradecendo ao Deputado Dalmo, que através de emenda parlamentar enviou recursos financeiros a Prefeitura Municipal, a fim de que seja adquirido veículo automotor a ser destinado ao Distrito de Costas. Na sequência, comentou sobre o recurso financeiro de um milhão e quinhentos mil reais a ser destinado ao município. Diante disso, sugeriu que o recurso seja aplicado na pavimentação da estrada que liga o Distrito de Costas ao Município de Gonçalves. Explanou que a benfeitoria visa atender aos produtores rurais, assim como os turistas. Nesse sentido, disse que durante o restante de seu mandato irá brigar para que a obra seja realizada. Agradeceu o Executivo Municipal e todos os profissionais envolvidos nas melhorias realizadas no setor de trânsito do Distrito de Costas. Finalizou informando os moradores do Distrito de Costas e Bairros adjacentes, sobre a vacinação da influenza.

Em seu pronunciamento, em resumo, Vereador José Aparecido Siqueira Campos iniciou suas palavras comentando sobre o retorno da presença do público no auditório da Casa. Em seguida, ao comentar sobre a fiscalização realizada às casas financiadas pelo Banco Caixa Econômica Federal, informou que as obras já se iniciaram. Nesse sentido, falou sobre o vídeo que elaborou solicitando que os futuros proprietários acompanhem as obras. Comentou ainda, que recebeu diversas mensagens em sua rede social, as quais relatavam que munícipes de baixa renda, inclusive servidores públicos não puderam pleitear as casas próprias, pois, não se adequaram as normas do referido Banco. Ao falar sobre o recurso financeiro no valor de um milhão e meio de reais que será destinado ao município, solicitou ao Executivo Municipal que o referido recurso seja destinado a auxiliar os munícipes que não se enquadraram as normas da instituição financeira. Sugeriu então, que seja construído casas nos terrenos da municipalidade, os quais não estão sendo utilizados. Diante disso, se comprometeu eu ajudar o Prefeito

Municipal nas respectivas obras. Ressaltou que, caso não seja dado auxílio aos munícipes, os mesmos não conseguirão adquirir a tão sonhada casa própria. Nesse sentido, ao falar sobre as indicações correspondentes a destinação do recurso acima mencionado, informou que fiscalizarão a destinação do mesmo. Na sequência, comentou sobre a necessidade em sanar os problemas próximos a antiga “Vigor”, visto que, o período de chuvas se aproxima. Em seguida, questionou a atuação do gestor do setor de turismo. Falou que ao acompanhar as redes sociais, verificou o excelente trabalho realizado pelo Sr. Carlos Cordeiro e o Sr. Marcos Vinícius. Nesse sentido, ressaltou que durante a campanha realizada pelo Prefeito Municipal, o mesmo realizou promessas referente ao setor de turismo. Diante disso, sugeriu que no Caminho da Fé fossem instaladas placas informando os diversos comércios disponíveis no Município. Sugeriu ainda, que fossem realizadas parcerias entre Executivo Municipal, proprietários de pousadas e restaurantes, com o intuito de que as pousadas sirvam jantar. Diante disso, explanou que devem ser realizadas ações, a fim de que Paraisópolis possua atrativos. Na sequência, falou sobre a necessidade de padronização de placas publicitárias e informativas. Disse ainda, que o turismo trará fontes de renda ao Município. Ao comentar que percorreu o Caminho da Fé, disse que as cidades vizinhas estão realizando atrativos aos peregrinos. Ao tecer críticas as páginas das redes sociais da Prefeitura Municipal, questionou se está faltando funcionários no setor de turismo. Que caso haja necessidade, que o mesmo solicite ajuda. Nesse sentido, se propôs a ajudar o referido setor. Em seu pronunciamento, em resumo, Vereador Antonio Felix Teixeira Neto iniciou suas palavras manifestando sua satisfação pelo retorno do público a Casa. Nesse sentido, comentou sobre a redução dos casos de covid-19 no Município, assim como o aumento dos munícipes vacinados contra o vírus. Em seguida, ao falar sobre as indicações quanto a destinação da verba de um milhão e quinhentos mil reais, sugeriu que o referido recurso seja destinado

as obras da reforma do Mercado Municipal. Ressaltou que o local é o principal ponto turístico do Município. Na sequência, comentou que durante o recesso ocorreu o consorcio entre os Municípios de Paraisópolis, Consolação, Córrego do Bom Jesus e Cambuí, referente ao asfaltamento entre os respectivos Municípios. Explanou que a referida obra auxiliará no crescimento turístico e industrial. Diante disso, parabenizou os Prefeitos Municipais dos Municípios acima citados, assim como todos os Deputados que se empenharam a realizar a referida benfeitoria. Em seguida, falou sobre o início das obras no loteamento do “Batatinha”. Ao comentar sobre a geração de empregos no Município, citou a Empresa Biobase, a qual irá se instalar no Distrito Industrial. Nesse sentido, citou as empresas que possuem intenção de se instalarem no Município. Na sequência, manifestou sua satisfação quanto o Projeto que irá transferir a responsabilidade da coleta de lixo do SAAE-Serviço Autônomo de Água e Esgoto para a Prefeitura Municipal. Disse ainda, que a coleta de lixo atrapalhou o andamento dos trabalhos da autarquia. Que caberá a Prefeitura Municipal elaborar políticas públicas sobre a coleta seletiva de lixo. Em seguida, citou a promulgação da Lei Federal nº 14.188, a qual insere no Código Penal o crime de violência psicológica contra a mulher, assim como a Lei Estadual elaborada pelo Deputado Osvaldo Lopes, referente ao direito de os cidadãos fornecerem água e alimentação a animais em situação de rua. Por fim, informou que após a reunião estará presente na “TV Paraíso”, onde participará do programa “Entrou na Sala”. Em seu pronunciamento, em resumo, Vereador Marcos José das Neves iniciou suas palavras comentando que durante o recesso realizou visitas nos Bairros do Pinhalzinho, Recoco e Distrito de Costas. Ao comentar sobre a qualidade da estrada dos bairros mencionados, explanou que a estrada principal, por necessitar de aterro não pôde ser concluída. Falou ainda, sobre o serviço realizado nas estradas dos Bairros Serra dos Coxos, Serra dos Goulart e Serra da Usina. Disse que ao visitar a Área de Lazer,

observou a precariedade do local. Diante disso, solicitou ao setor responsável que realize limpeza no referido local. Nesse sentido, solicitou que sejam realizadas manutenções nas quadras esportivas, pois, com o avanço da vacinação contra o Covid-19, logo mais os locais poderão ser utilizados pelo público. Em seguida, falou que visitou a estação de captação de água do Bairro dos Martins. Que acionou o Sr. Ismael, do setor de meio ambiente, para que o mesmo compareça ao bairro citado e auxilie os moradores a fazerem a proteção das minas d'água. Informou que irá elaborar indicação, solicitando a Prefeitura Municipal que acione a CEMIG-Companhia Energética de Minas Gerais, visto que, os moradores do Distrito de Costas estão questionando sobre a frequente queda de energia. Disse ainda, que o mesmo problema está ocorrendo no Município de Gonçalves. Nesse sentido, disse que devido a incidência do problema, anseia que seja fornecida data para a resolução do mesmo. Parabenizou o setor de saúde pela evolução na campanha de vacinação contra o Covid-19. Por fim, ao se referir sobre os questionamentos quanto as manilhas que precisam de manutenção, informou que foi realizada licitação, porém, após o falecimento do proprietário da empresa que ganhou a licitação, houve a necessidade de uma nova licitação. Que serão realizadas a troca das manilhas dos Bairros da Lagoa, Ribeirão das Pedras e Distrito de Costas, assim como as demais manilhas da zona urbana. Em seu pronunciamento, em resumo, Vereador Alfredo Faria Lopes de Paiva iniciou suas palavras ressaltando que retornaram com o intuito de defender o funcionário público quanto a criação do Estatuto do Servidor Público e o Plano de Carreira do Servidor Público. Que defenderão o meio ambiente quanto as Leis sustentáveis, assim como o turismo. Disse ainda, que além de fiscalizar a Prefeitura Municipal, irão legislar com o intuito de que durante o vigente semestre possam iniciar os trabalhos voltados ao Plano Diretor e na elaboração das Leis Complementares. Ressaltou que defenderão os interesses da população de Paraisópolis. Em seguida, manifestou sua

satisfação pela instalação das novas câmeras de transmissão. Nesse sentido, ao falar que foi um pedido antigo, comentou que o ex-Vereador Wembley Mariano Santos Silva foi um excelente Presidente da Casa. Diante disso, questionou a morosidade da Prefeitura Municipal em instalar as câmeras de monitoramento. Comentou que durante o recesso das sessões os Vereadores continuaram a realizar seus trabalhos. Nesse sentido, falou que juntamente com os representantes da ONG 4 Patas, ao realizarem visita a Prefeitura Municipal solicitaram o aumento da subvenção a entidade. Explanou que ao longo do tempo a subvenção das diversas entidades foram atualizadas, porém, o recurso destinado a ONG permanece desatualizado. Diante disso, ressaltou que o Prefeito Municipal havia se comprometido em aumentar o valor da subvenção. Comentou ainda, sobre a promulgação da Lei nº 23.863/2021, que torna direito de fornecimento de água e alimentos para animais em situação de rua. Nesse sentido, falou sobre o Projeto de Lei de sua autoria, cuja matéria é corresponde a Lei acima citada. Ressaltou que a referida Lei irá proteger tanto os cuidadores, assim como os animais em situação de rua. Em seguida, ao comentar sobre o funcionário público que foi flagrado retirando potes de água e alimento de animais de rua, informou sobre requerimento de sua autoria, em que solicita informações sobre a sindicância realizada pela Prefeitura Municipal. Na sequência, falou que durante visita realizada no Distrito de Costas, contatou-se a lastimável situação da ETE-Estação de Tratamento de Esgoto. Que devido ao local estar inoperante, o esgoto está sendo descartado diretamente no rio. Em seguida, ao comentar sobre o recurso financeiro a ser destinado ao Município, disse que cada Vereador realizou uma distinta indicação. Nesse sentido, sugeriu que a indenização paga pelo rompimento da barragem de Brumadinho, seja destinado a recuperação da Represa do Brejo Grande. Ressaltou que o Prefeito Municipal, durante a legislatura próxima passada em que ocupava o cargo de Vereador, o mesmo realizou cobranças quanto a referida

benfeitoria. Disse ainda, que caso o mesmo não tome atitudes referente a situação da Represa do Município, será demagogia. Por fim, realizou desagravo público quanto a Prefeitura Municipal estar processando os Vereadores José Ildeu de Castro e Rômulo Lúcio Rosa. Diante disso, falou que Processo é uma maneira de calar e intimidar os Vereadores. Nesse sentido, falou que irá defender todos os Vereadores, pois acredita em uma Câmara independente. Disse ainda, que Prefeito Municipal que processa Vereador, é por não ter coisas a fazer. Diante disso, citou melhorias a serem realizadas. Solicitou que o Executivo Municipal se planeje ao invés de processar Vereadores que usam do seu direito da tribuna. Ressaltou que a Política precisa da crítica. Disse ainda, que a população não deseja processos, mas sim, trabalho. Ao dizer que nenhum processo irá calar os Vereadores, disse que o ocorrido motiva a intensificação dos trabalhos. Que se o Prefeito Municipal deseja ter moral, que comece cumprindo as promessas realizadas durante sua campanha. Em seu pronunciamento, em resumo, Vereador Rômulo Lúcio Rosa iniciou suas palavras reiterando as palavras de seu antecessor. Disse que não irá se calar com ameaças, processos ou com qualquer intimidação vinda da Prefeitura Municipal. Nesse sentido, comentou que no Município não há histórico de processos contra Vereador, Deputado e Senador. Explanou que ao usar a palavra, não falou sobre a Pessoa do Prefeito Municipal, mas sim, do homem público Sr. Prefeito Everton de Assis Ferreira. Disse que o ocorrido incentivou a continuar seu trabalho fiscalizador. Ressaltou novamente que não irá se calar em função de ameaça de Processo. Disse ainda, que o Executivo Municipal possui coisas mais importantes a fazer. Nesse sentido, questionou dizendo que, se o Prefeito Municipal está perseguindo Vereador pelo uso de sua palavra, o que será que o mesmo não está fazendo com funcionários públicos que não o apoiaram durante as eleições. Que se o Prefeito Municipal não possui capacidade de receber críticas, o mesmo está no lugar errado. Na sequência,

ao falar sobre o aniversário do Distrito de Costas, disse que ao realizar visita na ETE-Estação de Tratamento de Esgoto, constatou-se que o local não está em funcionamento, pois, não há funcionários capacitados para executar o trabalho. Nesse sentido, comentou sobre a necessidade de cursos de capacitação operacional, a fim de que a ETE possa ser devidamente operada. Em seguida, falou sobre o Projeto de Lei de autoria do Sr. Presidente da Casa, o qual versa sobre a regularização do uso das máquinas em serviços particulares. Diante disso, solicitou ao autor que apresente o referido Projeto durante a próxima sessão, a fim de que o mesmo seja debatido. Que caso o mesmo seja constitucional, que seja colocado para votação. Na sequência, solicitou ao Executivo Municipal que altere o dia de pagamento dos funcionários públicos. Que seja estipulado o primeiro dia útil de todos os meses, pois, devido aos feriados, os funcionários públicos estão recebendo em dias alternados. Em seguida, teceu comentários sobre a indenização que será paga pela Empresa Vale. Diante disso, falou sobre sua indicação sugerindo ao Executivo Municipal, a aquisição de caminhão compactador a ser utilizado na coleta seletiva de lixo. Comentou ainda, que indicou que o referido recurso indenizatório seja aplicado as casas populares. Ao reiterar as palavras do Vereador José Aparecido Siqueira Campos, explanou que de acordo com o Programa Verde Amarelo, o Banco Caixa Econômica Federal devido ao rico menor de inadimplência, inclui as casas do loteamento do “Batatinha” na faixa dois. Diante disso, realizou uma breve explanação sobre o Programa Verde Amarelo. Nesse sentido, comentou que a Prefeitura Municipal poderia solicitar que o referido loteamento fosse incluído na faixa um, de modo que atendessem a população carente. Diante disso, solicitou ao Executivo Municipal que verifique a possibilidade de incluir à faixa um, as vinte casas que serão financiadas. Ao citar a terceira indicação referente ao recurso indenizatório, falou que o mesmo poderia ser utilizado na compra de equipamentos hospitalares, citando em especial, a aquisição de aparelho para

tomografia. Finalizou dizendo que, como Presidente da Comissão Parlamentar Especial da Policlínica, convoca os demais Vereadores para se reunirem e discutirem os méritos da Comissão Parlamentar. Disse ainda que não irá se calar. Que o Processo o fortaleceu para continuar trabalhando. Em seu pronunciamento, em resumo, Vereador José Ildeu de Castro iniciou suas palavras agradecendo as palavras de seu antecessor, assim como as do Vereador Alfredo Faria Lopes de Paiva. Ao comentar sobre o Processo ao qual foi indiciado, disse que todo cidadão possui o direito de reclamar, mas que é necessário medir os prós e os contras. Diante disso, ao manifestar sua opinião, disse que, caso o Executivo Municipal tenha a necessidade de processá-lo, que assim o faça. Nesse sentido, indagou sobre o fato de ser jornalista e representante do povo. Ressaltou que seus atos referentes ao Jornal são baseados no Estatuto do Jornalista. Que cumprirão as determinações da justiça. Em seguida, teceu comentários sobre a morosidade de ações no setor de turismo. Quanto as Casas Populares, disse que a Prefeitura Municipal aplicou altos recursos financeiros, porém, os imóveis não estão sendo acessíveis a quem necessita. Na sequência, falou que a coleta de lixo gera prejuízos mensais ao SAAE-Serviço Autônomo de Água e Esgoto. Que a única alternativa é o retorno da coleta de lixo para a Prefeitura Municipal. Nesse sentido, disse que os recursos da autarquia devem ser destinados de acordo com a sua fundação. Em seguida, ao comentar sobre as visitas realizadas durante o recesso, falou que durante visita realizada na UTC-Unidade de Triagem Compostagem, observou-se que o local estava abandonado. Diante disso, disse que foi informado que as providências já foram inicializadas. Na sequência, falou que ao visitar a ETE do Distrito de Costas, verificou que o local não está sendo utilizado. Que após questionar o SAAE, foi informado que não há funcionário capacitado para operar a estação. Comentou sobre o vídeo de sua autoria, no qual relata os problemas das jazidas do Cemitério Jardim. Em seguida, falou sobre a indicação de sua

autoria, referente ao recurso indenizatório a ser destinado ao Município. Sugeriu que o recurso seja utilizado na pavimentação da estrada do Distrito de Costas. Não havendo mais oradores, o Sr. Presidente iniciou a segunda parte da sessão. **Ordem do Dia:** Pelo Sr. Presidente foi submetido em única fase de discussão e votação, as **Emendas Modificativas ao Projeto de Lei nº 31/2021, que:** “Autoriza a concessão do direito real de uso de imóvel de propriedade do Município de Paraisópolis que especifica à empresa Packwind Renewable Energy Ltda, e dá outras providências, de autoria do Executivo Municipal, encaminhado através da Mensagem nº 37/2021. Usando a palavra Vereador Alfredo Faria Lopes de Paiva. Explanou que as emendas visam melhorias ao Projeto. Nesse sentido, citou a Emenda, a qual determina que concessão não seja renovada automaticamente. Que para a renovação da concessão pública, a mesma deverá tramitar novamente pela Câmara Municipal. Ressaltou que a renovação será concedida caso a empresa esteja cumprindo todos os requisitos. Citou ainda, a Emenda que insere requisitos obrigatórios a serem cumpridos, os quais deverão estar expostos na Carta de Intenção da Empresa. Caso os requisitos não sejam cumpridos, poderá a Prefeitura Municipal reincidir o contrato de concessão, de modo que o terreno seja oferecido a nova empresa. Ressaltou que as Emendas foram realizadas em trabalho conjunto entre os Vereadores, e que a mesma possui o objetivo de dar segurança a geração de empregos no Município. Em seguida, falou que anseiam pela instalação de empresas, mas, desejam que as mesmas tenham respeito pela cidade e cumpram suas promessas. Fez uso da palavra Vereador José Aparecido Siqueira Campos, dizendo que a elaboração das Emendas é uma tentativa de fazer com que as empresas cumpram suas promessas. Ressaltou que as empresas terão apoio dos Vereadores. Na sequência, comentou que as Empresas Ibiza Artefatos de Cimento EIRELI e SAID Serviços de Saneamento LTDA, não cumpriram as respectivas Cartas de Intenção. Disse ainda, que o Executivo Municipal

poderia oferecer cursos profissionalizantes, a fim de capacitar os munícipes para trabalharem em diversas empresas. Ao dirigir suas palavras ao Vereador Alfredo Faria Lopes de Paiva, disse que acredita que o Poder Legislativo deixará um bom trabalho para Paraisópolis. Usando a palavra Vereador Rômulo Lúcio Rosa. Falou que de acordo com os históricos passados referentes as concessões, verificou que há situações em que não foram elaborados contratos. Que diante das Emendas, as empresas terão conhecimento da seriedade do Município. Disse ainda, que caso as empresas não cumpram suas promessas, o Executivo Municipal terá liberdade em retirá-las, ou ainda cobrar multas. Usando a palavra Vereador Ademar Guimarães do Prado. Comentou sobre empresário do Município de São Bento do Sapucaí que possui interesse em se instalar em Paraisópolis. Em seguida, falou que posteriormente poderá ser discutido a quantidade mínima de funcionários que as empresas deverão manter. Que ao ser estipulado a quantidade de funcionários, evitará causar transtornos aos pequenos empresários. Explanou que caso seja cedido auxílio aluguel a empresas que possuem até dez funcionários, causará transtornos. Pois, demais empresários solicitaram o referido auxílio. Fez uso da palavra Vereador José Ildeu de Castro. Comentou que durante as Legislaturas anteriores, foram doados terrenos do Distrito Industrial, porém nenhuma empresa se instalou. Disse ainda, que muitos terrenos foram doados mediante a elaboração de escrituras, porém, os terrenos retornaram para o Município. Usando a palavra Vereador Antonio Felix Teixeira Neto, falou que anteriormente as empresas se instavam com o intuito de explorar a cidade e não se atentavam a qualidade que o Município merece. Que as mesmas não cumpriam o que estava pré-estabelecido na Carta de Intenção. Por fim, manifestou sua satisfação quanto a elaboração das emendas. Disse ainda, que a Lei possui objetivo de defender o Município. Ressaltou que desejam que a cidade cresça com qualidade e de maneira sustentável. Retomou a palavra Vereador José Ildeu de Castro. Disse

que as dações a que se referiu foram realizadas entre os anos de 2012(dois mil e doze) e 2014(dois mil e quatorze). Ao se referir as palavras de seu antecessor, comentou que as empresas se instalaram para tirar proveito da situação. Não havendo mais oradores, o Sr. Presidente submeteu em única fase de votação, as **Emendas Modificativas ao Projeto de Lei nº 31/2021**, tendo sido aprovado por 08 (oito) votos. Sendo assim, de acordo com o Regimento Interno, pelo Sr. Presidente foi submetido em 2ª (segunda) fase de discussão e votação, o **Projeto de Lei nº 31/2021, que:** “Autoriza a concessão do direito real de uso de imóvel de propriedade do Município de Paraisópolis que especifica à empresa Packwind Renewable Energy Ltda, e dá outras providências, de autoria do Executivo Municipal, encaminhado através da Mensagem nº 37/2021. Não havendo oradores, o Sr. Presidente submeteu em 2ª (segunda) fase de votação, o Projeto de Lei nº 31/2021, tendo sido aprovado por 08 (oito) votos. Pelo Sr. Presidente foi submetido em única fase de discussão e votação, as **Emendas Modificativas ao Projeto de Lei nº 33/2021, que:** “Autoriza a concessão de direito real de uso de imóvel de propriedade do Município de Paraisópolis que especifica à Biobase Indústria e comércio Ltda, e dá outras providências”, de autoria do Executivo Municipal, encaminhado através da Mensagem nº 39/2021. Usando a palavra Vereador Alfredo Faria Lopes de Paiva. A fim dar esclarecimentos à população, explanou que primeiramente é votado as Emendas, e posteriormente é realizada a votação do Projeto. Não havendo mais oradores, o Sr. Presidente submeteu única fase de votação, as Emendas Modificativas ao Projeto de Lei nº 33/2021, tendo sido aprovado por 08 (oito) votos. Sendo assim, de acordo com o Regimento Interno, pelo Sr. Presidente foi submetido em 2ª (segunda) fase de discussão e votação, o **Projeto de Lei nº 33/2021, que:** “Autoriza a concessão de direito real de uso de imóvel de propriedade do Município de Paraisópolis que especifica à Biobase Indústria e comércio Ltda, e dá outras providências”, de autoria do Executivo Municipal,

encaminhado através da Mensagem nº 39/2021. Não havendo oradores, o Sr. Presidente submeteu em 2ª (segunda) fase de votação, o Projeto de Lei nº 33/2021, tendo sido aprovado por 08 (oito) votos. Pelo Sr. Presidente foi submetido em única fase de discussão e votação, o Requerimento nº 147/2021, de autoria do Vereador Alfredo Faria Lopes de Paiva, reiterando pedido de informações anteriores, solicita que a Prefeitura Municipal cuide de enviar a esta Casa Legislativa, no prazo Legal e Regimental, cópia dos documentos referente a conclusão do processo de Sindicância instaurada através da Portaria nº 301, de 30 de abril de 2021, para apurar os fatos de um servidor da Prefeitura Municipal, que foi prorrogado através da Portaria nº 333, de 08 de junho de 2021. Usando a palavra o autor. Explanou que o presente requerimento é referente ao funcionário público que foi flagrado retirando recipientes particulares de água e alimento dos animais em situação de rua. Que após publicar o vídeo na internet, a Prefeitura Municipal ao se pronunciar, informou sobre elaboração de sindicância. Ressaltou que a conclusão de sindicância possui prazo. Nesse sentido, comentou que as informações já foram solicitadas, mas, que foi informado que a sindicância não havia sido concluída. Diante disso, ao falar que o prazo já expirou, informou que após receber as informações as divulgará na internet. Disse ainda, que a sindicância foi proposta pela Prefeitura Municipal, desse modo, que a mesma deverá ser realizada. Não havendo mais oradores, o Sr. Presidente submeteu em única fase de votação, o Requerimento nº 147/2021, tendo sido aprovado por 08 (oito) votos. Pelo Sr. Presidente foi submetido em única fase de discussão e votação, o Requerimento nº 148/2021, de autoria do Vereador Alfredo Faria Lopes de Paiva solicitando ao Executivo Municipal, as seguintes informações e documentos abaixo relacionados: Cópia de todos os documentos que foram assinados pelo Executivo Municipal, incluindo a ata, comprovando a autorização pela prestação de serviços com máquinas e caminhões concedidos a propriedades particulares,

no período de janeiro de 2021 até a presente data; Nome do servidor responsável, contendo os horários pela execução dos serviços prestados; Relação dos nomes dos beneficiários, com endereço de suas propriedades. Usando a palavra o autor. Disse que durante o semestre passado iniciou investigação de máquinas públicas realizando serviços em propriedades particulares. Ao dizer que o serviço não está regulamentado, citou Lei Especial, na qual determina que a Prefeitura Municipal ao realizar os respectivos serviços deverá portar de documentos contendo assinatura do Prefeito Municipal, assim como demais informações referentes a prestação de serviço. Nesse sentido, ressaltou que durante o uso da tribuna, o Diretor de Obras afirmou que possuía todos os documentos pertinentes. Em seguida, falou que através do requerimento, solicita as informações a fim de fiscalizá-las. Fez uso da palavra Vereador José Ildeu de Castro. Ao comentar sobre a complexidade da situação, disse que o problema poderia ser sanado mediante o encaminhamento de Projeto de Lei. Explanou que não é correto servidor público designar o uso das máquinas. Usando a palavra Vereador Antonio Felix Teixeira Neto. Disse que a situação é complexa, visto que, a mesma ocorre por diversos anos no Município. Nesse sentido ao comentar que em conversa com o Prefeito Municipal e a secretária Sra. Elaine, pôde observar que a mesma está desenvolvendo Projeto de Lei, a fim de estabelecer critérios para os serviços particulares. Retomou a palavra Vereador Alfredo Faria Lopes de Paiva. Ao citar a Lei nº 902/1980, ressaltou que o Diretor de Obras afirmou a existência de documentos referente aos serviços realizados. Por fim, disse que aguarda o envio dos referidos documentos. Ao retomar a palavra, Vereador José Ildeu de Castro disse que, baseado na Lei anteriormente lida por seu antecessor, as máquinas só poderão ser utilizadas em casos extremos e aos sábados. Nesse sentido, comentou que sugeriu a administração, caso seja possível, que adquira caminhão e máquina para a realização de serviços a particulares. Retomou a palavra Vereador Antonio

Felix Teixeira Neto. Ao fazer a correção de suas palavras, informou que o Projeto de Lei a que se referiu, foi lido pelo secretário na presente sessão, e que o mesmo será encaminhado as Comissões Permanentes. Vereador José Ildeu de Castro ao fazer uso da palavra, ressaltou que os Vereadores não são contra a realização dos serviços, mas que os mesmos sejam realizados mediante a critérios e que sejam legalizados. Disse ainda, que anseia que todos sejam beneficiados dentro da respectiva lei. Fez uso da palavra Vereador José Aparecido Siqueira Campos. Informou sobre a denúncia a ser realizada no Ministério Público, referente ao uso das máquinas. Comentou ainda, que o Executivo Municipal está informando aos munícipes que o motivo de suspenderem os serviços com máquinas, é referente medida imposta pelo Vereador José Colmeia (Vereador José Aparecido Siqueira Campos). Ao dizer que o Prefeito Municipal pode continuar repassando a referida informação, disse que essa é a incapacidade de realizar o que é correto para o município. Que o Prefeito Municipal está jogando nas costas de Vereador, o qual possui intenção de fazer o que é correto. Nesse sentido, falou para que o mesmo continue com sua incompetência, pois, durante seu mandato irá fazer o que é correto. Não havendo mais oradores, o Sr. Presidente submeteu em única fase de votação, o Requerimento nº 148/2021, tendo sido aprovado por 08 (oito) votos. Pelo Sr. Presidente foi submetido em única fase de discussão e votação, o Requerimento nº 149/2021, de autoria do Vereador Alfredo Faria Lopes de Paiva solicitando ao Executivo Municipal, as seguintes informações conforme seguem: Cópia do Plano Municipal da Cultura e quais metas já foram atingidas? Planejamento das despesas e investimentos com o Fundo Municipal da Cultura; Relação atualizada dos membros que compõem o Conselho Cultural; Cópia de todas as Atas de reuniões do Conselho durante o corrente ano. Usando a palavra o autor. Explanou que o requerimento visa conhecer a atual situação do Departamento de Turismo Não havendo mais oradores, o Sr. Presidente

submeteu em única fase de votação, o Requerimento nº 149/2021, tendo sido aprovado por 07 (sete) votos. Pelo Sr. Presidente foi submetido em única fase de discussão e votação, o Requerimento nº 150/2021, de autoria do Vereador Rômulo Lúcio Rosa solicitando ao Executivo Municipal, as seguintes informações conforme segue: Se as Escolas da Rede Pública Municipal encontram-se com as devidas adequações conforme determinam os protocolos sanitários, cumprindo as medidas de prevenção para a retomada às atividades escolares presenciais; Caso negativo ao item anterior, informar a previsão para as referidas adequações. Usando a palavra o autor. Explanou que, tendo em vista o retorno das aulas, há necessidade de verificar se as escolas, assim como os transportes escolares estão adaptados a receber os alunos. Nesse sentido, disse que acredita que a rede pública municipal está apta ao retorno as aulas. Fez uso da palavra Vereador Alfredo Faria Lopes de Paiva. Ao dizer que anseia pelo retorno das aulas, ressaltou o desejo que o retorno seja realizado com toda segurança possível. Nesse sentido, defendeu que os professores e servidores sejam vacinados antes de retornarem ao trabalho. Disse ainda, que anseia que as escolas públicas estejam preparadas, assim como o Colégio Santa Ângela se preparou. Usando a palavra Vereador José Ildeu de Castro, ressaltou que todo cuidado é pouco. Que a pandemia não acabou. Fez uso da Palavra Vereador Ademar Guimarães do Prado. Ao comentar sobre requerimento, informou sobre a licitação do transporte escolar. Diante disso, falou que caso os Vereadores desejem participar, o pregão será aberto ao público. Em seguida, tendo em vista o transporte escolar das cidades vizinhas, solicitou ao Executivo Municipal que providencie local adequado para os motoristas estacionem, pois, os mesmos ao estacionarem na zona central, estão ocupando vagas as quais poderiam estar sendo utilizadas por munícipes. Na sequência, ao falar sobre a importância do requerimento, ressaltou o período o qual as aulas foram suspensas. Nesse sentido, disse que se houvesse algum obstáculo para

receber os alunos, os mesmos já deveriam ser sanados. Comentou que durante o período de suspensão das aulas, o Executivo Municipal teve economia de recursos financeiros referente as empresas terceirizadas prestadoras de serviços de transporte escolar. Diante disso, falou que os referidos recursos deveriam ser revertidos em melhorias nas escolas, a fim de garantir a segurança dos alunos. Não havendo mais oradores, o Sr. Presidente submeteu em única fase de votação, o Requerimento nº 150/2021, tendo sido aprovado por 08 (oito) votos. Pelo Sr. Presidente foi submetido em única fase de discussão e votação, o Requerimento nº 151/2021, de autoria do Vereador Rômulo Lúcio Rosa solicitando ao Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE, as seguintes informações: Quando será disponibilizado um treinamento para o servidor da referida Autarquia manusear a ETE (Estação de Tratamento de Esgoto) no Distrito de Costas? Qual o custo para o referido treinamento? Será realizado Processo Licitatório para contratação de uma empresa aplicar o treinamento? Se há previsão para a retomada do funcionamento da ETE, visto que é um serviço essencial para o Distrito de Costas. Fez uso da palavra o autor. Explanou que o requerimento é referente a situação encontrada durante a visita na ETE do Distrito de Costas, a qual não está operando devido à falta de funcionário capacitado. Que os questionamentos realizados visam obter informações quanto a previsão de ações, a fim de que a estação seja operada. Não havendo mais oradores, o Sr. Presidente submeteu em única fase de votação, o Requerimento nº 151/2021, tendo sido aprovado por 08 (oito) votos. Pelo Sr. Presidente foi submetido em discussão o Requerimento de Urgência Especial, solicitando à Presidência da Mesa Diretora, nos termos do inciso II, § 1º do artigo 150 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, sejam submetidos sob o REGIME DE URGÊNCIA ESPECIAL, dispensando os interstícios regimentais, as seguintes proposições: **Projeto de Lei nº 31/2021, que:** “Autoriza a concessão do direito real de uso de imóvel de

propriedade do Município de Paraisópolis que especifica à empresa Packwind Renewable Energy Ltda, e dá outras providências, de autoria do Executivo Municipal, encaminhado através da Mensagem nº 37/2021; **Projeto de Lei nº 33/2021, que:** “Autoriza a concessão de direito real de uso de imóvel de propriedade do Município de Paraisópolis que especifica à Biobase Indústria e comércio Ltda, e dá outras providências”, de autoria do Executivo Municipal, encaminhado através da Mensagem nº 39/2021. Não havendo oradores, o Sr. Presidente submeteu em única fase de votação o Requerimento de URGÊNCIA ESPECIAL, tendo sido aprovado por 08 (oito) votos. Diante do resultado o Sr. Presidente convocou os Vereadores para a Sessão Extraordinária a ser realizada no dia 02 de agosto do corrente ano, objetivando concluir a tramitação da proposição retro mencionada. Findos trabalhos da Ordem do Dia, declarada vaga a palavra, fazendo uso da mesma: fez uso da palavra Vereador Alfredo Faria Lopes de Paiva. Ao reiterar as palavras do Vereador Antônio José da Silva, teceu críticas a obra da Praça Tiradentes. Em seguida, sugeriu a elaboração de Lei, a fim de regulamentar a colocação de placas no Município. Diante disso, falou sobre as placas publicitárias da empresa Toldos Caldense. Finalizou convocando os Vereadores para a reunião de comissões internas. Usando a palavra Vereador José Ildeu de Castro, ao se referir sobre a poluição visual, ressaltou que todos possuem o direito de trabalhar, porém, há a necessidade de regulamentação. Disse ainda, que os proprietários de serralherias do Município estão questionando sobre a atuação da empresa citada por seu antecessor. Fez uso da palavra Vereador Rômulo Lúcio Rosa. Informou que irá elaborar requerimento solicitando informações referente ao transporte escolar, o qual transporta alunos para as cidades vizinhas. Por fim, parabenizou a instalação das novas câmeras de transmissão. Disse ainda, que sirva de exemplo para o Executivo Municipal, e que o mesmo instale câmeras de monitoramento na cidade. Usando a palavra Vereador José Aparecido Siqueira Campos. Ao

falar que foi procurado por diversos comerciantes, disse que os mesmos foram os mais prejudicados durante a pandemia. Informou que irá elaborar requerimento solicitando informações sobre as multas aplicadas aos comerciantes do Município, ao quais diante necessidade, foram contra as medidas estipuladas pelo Executivo Municipal. Nesse sentido, questionou em qual momento a Prefeitura Municipal auxiliou os comerciantes. Comentou ainda sobre a destinação dos recursos recolhidos mediante a aplicação das multas. Diante disso, sugeriu ao Executivo Municipal que após findar o período de pandemia, as multas sejam perdoadas, e ou que os recursos retornem aos comerciantes. Manifestou-se favorável a reabertura dos comércios e o retorno das aulas, porém, ressaltou a necessidade de seguirem os protocolos de saúde. Fez uso da palavra Vereador Ademar Guimarães do Prado. Ao comentar sobre o recurso indenizatório de um milhão e quinhentos mil reais a serem destinados ao Município, manifestou que não é contra as indicações dos demais Vereadores. Nesse sentido, explanou a origem do referido recurso. Nesse sentido, disse que em setembro do vigente ano irá até o local do incidente. Disse ainda, que os valores indenizatórios serão pagos de acordo com a extensão das cidades do estado de Minas Gerais. Ao comentar que o próximo ano é ano eleitoral, sugeriu aos Vereadores que procurem os Deputados, a fim de solicitar recursos ao município. Que durante o próximo ano os mesmos não poderão destinar recursos ao Município. Por fim, a pedido de um munícipe, solicitou ao responsável pelo setor de trânsito, que construa lombada elevada nas proximidades do Posto de Combustível do Pituta. Por fim, solicitou aos motoristas que estão utilizando o referido Posto de combustível para cortar caminho, que os mesmos tenham consciência, pois poderão ocasionar acidentes no local. Retomou a palavra Vereador José Aparecido Siqueira Campos. Disse que durante o uso da palavra, momento o qual questionou as ações realizadas pelo gestor de turismo, o mesmo através da rede social se

prontificou e convidou os Vereadores a conhecerem o referido setor. Diante disso, sugeriu ao Sr. Presidente, que o convoque para esclarecer os serviços realizados no setor ora mencionado. Ressaltou que seta amarela indicando o sentido do Município de Aparecida do Norte não é turismo. Que quem faz as marcações é o Município acima citado. Usando a palavra Vereador José Ildeu de Castro, disse que Paraisópolis possui uma vocação natural ao turismo, sendo assim, que o turismo está se consagrando naturalmente, porém, necessita de iniciativas. Que por ser um privilégio da cidade, a oportunidade deverá ser aproveitada. Na sequência, teceu críticas quanto ao abandono das Praças do Município, assim como o trevo municipal. Falou ainda, sobre a morosidade da obra da Viela do que dá acesso à Rua Avelino Ribeiro Filho. Fez uso da palavra Vereador Antônio José da Silva. Ao se referir quanto a tenda instalada em frente ao Banco Caixa Econômica Federal, falou que a mesma poderá ser mantida durante a semana, sendo retirada nos finais de semana. Nesse sentido, explanou que o referido equipamento é de fácil montagem. Que após as trezes horas não há atendimento na instituição financeira. Ressaltou que devido a instalação dos equipamentos, o trânsito do local está sendo prejudicado. Em seguida, comentou sobre a liberação as academias ao ar livre. Que após findar a pandemia, os referidos locais serão ponto de encontro dos munícipes. Vereador Alfredo Faria Lopes de Paiva ao reiterar as palavras de seu antecessor, comentou que desde o ano próximo passado defendeu a ideia de que a Prefeitura Municipal adquirisse tenda específica a ser instalada no referido local. Que o referido equipamento por ser específico, não comprometeria o trânsito do local. Ao retomar a palavra, Vereador José Ildeu de Castro disse que as tendas as quais seu antecessor se referiu, são equipamentos que não interferem no trânsito. Disse ainda, que a diferença de valores entres os equipamentos é mínima. Não havendo mais oradores, Sr. Presidente convocou os demais Vereadores, para a próxima Sessão

Ordinária, a ser realizada no dia 09 (nove) de agosto, no local e hora de costume. Nada mais a ser tratado, o Sr. Presidente declarou encerrada a presente Sessão. Para constar, lavrou-se a presente ata, que lida e achada conforme vai por todos os Vereadores assinada. Eu, _____, secretário que a redigi e assino.

José Ildeu de Castro

Fábio Lucas Carlos

Antônio José da Silva

Ademar Guimarães do Prado

José Aparecido Siqueira Campos

Marcos José das Neves

Alfredo Faria Lopes de Paiva

Rômulo Lúcio Rosa

Antonio Felix Teixeira Neto

